

A problemática da participação das mulheres na política: o caso do parlamento cabo-verdiano

Arcádio Lopes¹

Resumo

Este artigo pretende analisar que factores explicam a sub-representação das mulheres no parlamento cabo-verdiano. Procura-se evidenciar ao longo do artigo que apesar deste assunto ser encarado como um problema meramente político envolve outros factores, nomeadamente questões sociológicas, da cidadania cívica e jurídica. Houve mudanças no mundo contemporâneo em torno da condição feminina, nos diferentes domínios da vida económica social e política, no entanto a participação política de forma desigual ainda constitui um problema. É de salientar que o fenómeno da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foi totalmente resolvido, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada, neste sentido temos que reconhecer os obstáculos de cariz formal para se atingir os objetivos da igualdade entre homens e mulheres que foram removidos em vários países e Cabo Verde pertence ao conjunto de países onde essas transformações se realizam.

Palavras-chave: participação política, mulheres, Cabo Verde, quotas.

Abstract

This article seeks to analyze what factors explain the under-representation of women in parliament Cape Verdean. It seeks to highlight over from article to weigh this matter be looked at as a purely political problem involves other factors, including the sociological, legal and civic citizenship. There have been changes in the contemporary world around the female condition in different areas of economic and social policy, however political participation unequally is still a problem. It should be noted that the phenomenon of unequal participation in organs of political power has not been fully resolved, even in countries with more developed and stable democracy, in this sense we have to recognize the nature of formal obstacles to achieving the goals of gender equality and women who were removed in several countries and Cape Verde belongs to the group of countries where these transformations take place.

Keywords: political participation; women; Cape Verde; quotas.

Introdução

As sociedades industriais avançadas obrigam poderosas tendências para desigualdades extremas. As igualdades e desigualdades nas sociedades parecem afetar os aspectos hegemónicos ou de competição política por intervenientes: os recursos de distribuição e de competências na criação de ressentimentos e frustrações². *“In allocating income, wealth, status, knowledge, creation organization position, popularity, and a variety of other values, every society also allocates resources with which an actor can influence the behavior of other actors in at least some circumstances³”*.

¹Político, Mestre em Ciência Política e Professor da Universidade do Mindelo.

²Dahl, R. (1971). *Poliarchy: Participation and Opposition*, New Haven: Yale University Press, p.82.

³Idem, p.82.

Torna-se imperioso os direitos cívicos na cidadania, onde a sua importância é precisamente o facto de terem tendência para remover as desigualdades ilegítimas do sistema de classes, e ao fazê-lo desempenharem uma função chave integrantes⁴.

A problemática da sub-representação política das mulheres em todos os órgãos do poder político tem recebido muita atenção nos últimos anos, praticamente em todas as democracias contemporâneas, no entanto, a carência de estudos nesta área em Cabo Verde é uma realidade.

Este assunto tem sido presente e ganhando cada vez mais importância em Cabo Verde, onde são várias organizações que tem vindo a trabalhar no que tange a igualdade e equidade de género, entre vários debates televisivos, ainda persiste a problemática da sub-representação das mulheres em todos os órgãos do poder político.

Segundo Viegas e Faria “a sub-representação feminina nos órgãos do poder político insere-se, claramente, no problema mais vasto do acesso das mulheres às diversas esferas da vida económica, social e cultural, bem como dos obstáculos e resistências que se colocam neste processo.” Para estes autores esta questão não é recente, antes pelo contrário são bastante anteriores⁵.

Intitulado “A participação das mulheres na política em Cabo Verde: o caso do parlamento Cabo-verdiano”, o presente artigo pretende analisar que factores explica a sub-representação das mulheres no parlamento Cabo-verdiano.

Cabo Verde cresceu e, sobretudo desenvolveu graças à boa governação que tem sido elogiado por vários países internacionais, no entanto as mulheres continuam mais vulneráveis economicamente, socialmente e culturalmente. Vários factores tem sido apontados em torno desta questão, por exemplo, o abandono escolar aliado à taxa de gravidez que tem condenado as mulheres em Cabo Verde.

Temos que apontar o dedo em torno desses factores como condição sine qua non deste problema. Já dizia Perret e Ronstong de que os recursos são fundamentais no que tange a participação na vida social de forma igualitária. Recursos esses que tem sido considerado uma espécie de “capital social” no acesso aos órgãos do poder político⁶.

Há que admitir que houve mudanças no mundo contemporâneo em torno da condição feminina, nos diversos domínios da vida económica social e política, no entanto a participação política de forma desigual ainda constitui um problema. No entanto o nosso

⁴Barbalet, J. M. (1989). *A Cidadania*, Editorial Estampa, Lisboa.

⁵Viegas, J. e Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora, p.1.

⁶Perret, B. e Roustang, G. (1993). *A Economia Contra a Sociedade: Afrontar a Crise de Integração Social e Cultural*. Lisboa: Instituto Piaget.

objectivo aqui é tentar desmistificar este problema, e torna-lo inconfundível, se bem que de uma forma não exaustiva já que esta questão pode ser vista sob diferentes ângulos.

As Mulheres na Política

Falar-se de cada sexo convoca, naturalmente, a temas de diferenças entre os sexos no campo da política⁷. Como é sabido as mulheres, hoje em dia continuam fortemente a estar sub-representadas nos órgãos do poder político⁸. *Women's empowerment and their full participation on the basis of equality in all spheres of society, including participation in the decision – making process and access to power, are fundamental for the achievement of equality, development and peace*⁹”.

A exclusão das mulheres já se encontra na polis grega e que os filósofos na altura, como Aristóteles, não a integravam, a par dos escravos, no conjunto de cidadãos. Vários motivos foram utilizados para justificar tal exclusão: menor inteligência, dedicação familiar, dependência do homem, desinteresse pela política¹⁰.

O sistema de representação deve ter como princípio, a inclusão das mulheres nos órgãos do poder e não o “abandono” do poder nas mãos dos outros, a apreensão do fenómeno político como uma estrutura indispensável à construção da democracia e na qual todos os cidadãos e cidadãs deve (riam) participar.¹¹ Não obstante os debates políticos, circunscrito à esfera política, as movimentações sociais e as decisões sobre esta problemática são bastante anteriores¹².

As mulheres são quase sempre relegadas para papéis menores, da função de “anfitriã”, tradicionalmente atribuída ao “sexo fraco”¹³.

Este padrão de sub-representação das mulheres na política persiste apesar das tendências na escola, família e forças de trabalho que transformaram a vida das mulheres e dos homens durante a era do pós-guerra bem como o crescimento dos movimentos

⁷Canas, V. et. al. (1999). *A Questão da Igualdade de participação Política, Democracia com mais Cidadania*. Lisboa: Casa da Moeda, p.13.

⁸Norris, P. (2004). *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, p.179.

⁹Ídem, p. 80.

¹⁰Martins, M. (2008). *Representação Política, Eleições e sistemas Eleitorais: Uma introdução*. Lisboa: ISCSP; Manuais Pedagógicos.

¹¹Amélia, M. (1999). *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Representativo em Portugal, do Pós 25 de Abril de 74 aos anos Noventa*. Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Lisboa: Universidade Aberta, in prefácio.

¹²Viegas e Faria. Obra citada, p.1.

¹³Boudieu (1999), “*A Dominação Masculina*”, Celta Editora, Oeiras, p. 99.

feministas¹⁴. No entanto nas últimas décadas tem-se testemunhado a demanda crescente para a inclusão das mulheres em quadros eletivos bem como uma voz mais forte para as minorias étnicas¹⁵, no entanto, a sensibilização dos partidos políticos para a mobilização política das mulheres já anteriormente se fazia sentir, principalmente sob a forma organizacional, através da criação de secções feministas no seio dos partidos políticos ou em organizações autónomas por elas tuteladas, embora os estudos efetuados não comprovem a relação direta entre a existência destas organizações e o aumento do número de mulheres candidatas ou eleitas.¹⁶ No entanto este autor reconhece que nos últimos anos tem-se havido crescimento e fortalecimento perante as exigências da igualdade de género.

As posições de pensadores liberais, na linha da crescente defesa da igualdade, entre os movimentos sufragistas, as pressões dos movimentos operários, entre outros, contribuíram para a crescente integração da mulher na vida política.¹⁷ Torna-se necessário refletir, antes de mais sobre o quadro das representações sociais, assim como sobre as representações que as mulheres têm delas próprias e das imagens que produzem do seu grupo de pertença, porquanto se observa presentemente uma crise generalizada de ideologias e de valores que poderá contribuir para um outro olhar por parte da opinião pública em relação as causas das mulheres que ainda continuam por explorar¹⁸.

É indiscutível, em todo caso que as mulheres sentem em geral uma “privação relativa” maior do que os homens, mesmo no contexto de fraca “privação” as mulheres geralmente tem aspirações mais baixas¹⁹, mas que segundo François Girond²⁰, As mulheres mudaram muito, sobretudo a nível da representação que tem de si próprios, pois já não utilizam termos como: *Je suis faible, je suis frágil, je suis incapable, j ene aurais pas faire ça... mais: je suis a tont à fait capable de faire ce que jái envie de faire.*

Temos que admitir que houve mudanças e transformações no mundo contemporâneo relativamente as mulheres, ou seja, elas ficaram mais instruídas, fator este que permitiram-lhes afastar às tarefas domésticas.

¹⁴Norris, P. (2004). *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge: Cambridge University, p.179.

¹⁵Ídem, p.189.

¹⁶Viegas, J. e Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*, Oeiras; Celta Editora, p.5.

¹⁷Martins, M. (2008). *Representação Política, Eleições e sistemas Eleitorais: Uma introdução*. Lisboa: ISCSP; Manuais Pedagógico, p.161.

¹⁸Amélia, M. (1999). *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Representativo em Portugal, do Pós 25 de Abril de 74 aos anos Noventa*. Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Lisboa: Universidade Aberta, p. 75.

¹⁹Cabral, V. (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, p.95.

²⁰Obra citada por Amélia, p.76.

Esta ideia pode ser reforçada na obra de Pierre Bourdieu “Dominação Masculina”, onde ele afirma que a mudança maior é sem dúvida o facto de a dominação masculina já não se impor com a evidência do óbvio²¹.

Segundo Bourdieu houve profundas transformações que a condição feminina conheceu, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas. Trata-se, por exemplo, do alargamento do acesso ao ensino secundário e superior e ao trabalho assalariado, e, por isso, à esfera pública; com o alargamento do acesso das mulheres à instrução e correlativamente, à independência económica, bem como a transformação das estruturas familiares; o distanciamento relativamente às tarefas domésticas e as funções de reprodução (ligado aos progressos e ao uso generalizado das técnicas contraceptivas e à redução das dimensões da família), nomeadamente com o retardamento da idade de casamento e da procriação o encurtamento da interrupção da atividade profissional por altura do nascimento de um filho e também o crescimento das taxas de divórcio e a quebra das taxas de casamento. O aumento do número de mulheres que trabalham não pode deixar de ter afetado a decisão das tarefas domésticas e no mesmo ato, os modelos tradicionais masculinos. Mas para Bourdieu uma das transformações mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é sem sombra de dúvida o maior acesso das raparigas ao ensino secundário e superior, em relação com as transformações das estruturas produtivas, acarretou uma modificação muito importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: observa-se assim uma maior representação das mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de serviços simbólicos²².

Embora essas transformações da condição feminina em termos positivos, não se encontram ainda a um nível sobre a qual se possa dizer que traduz num cenário de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres²³.

Segundo Canas a participação igualitária dos dois sexos nos centros de decisão política criará condições de melhoria a nível democrático, não apenas porque realçará e valorizará as diferenças de experiências de conhecimentos, de valores e de sensibilidade entre homens e mulheres, resultantes de circunstâncias de género, para além de permitir que se manifeste a riqueza resultante das diferenças de apreensão das palavras e das coisas, do espaço e do tempo, mas, sobretudo porque superará a democracia excludente²⁴.

²¹Bourdieu (1999), “*A Dominação Masculina*”. Oeiras: Celta Editora, p.77.

²²Ibidem, pp. 77-79.

²³A este respeito ver Viegas e Faria (2001), sobre as mulheres na política.

²⁴Canas, V. et. al. (1999). *A Questão da Igualdade de participação Política, Democracia com mais Cidadania*. Lisboa: Casa da Moeda, p.14.

A Participação das mulheres na política em Cabo Verde

Para Parry “the participation is composed of a variety of activities which differ greatly in the time and effort they require, the skill and knowledge needed to perform them and the conflict they are likely to engender”²⁵. Segundo este autor para além da participação gerar conflito, este conceito é multi-dimensional.

É mais ou menos consensual de que nas democracias actuais o nível de democracia é medido pelo nível de participação dos cidadãos.

Neste sentido é de admitir que, o conceito de participação está intimamente ligado ao conceito de democracia, embora para Barreto a participação não implique necessariamente democracia. Pode-se falar de participação democrática, mas os termos não são sinónimos²⁶.

Estamos numa altura em que existem sinais provenientes de África em termos de evolução política que são bastante confusos e contraditórios, em que as análises são uma coisa e a realidade outra²⁷.

A vulnerabilidade económica e o baixo nível de instrução das mulheres africanas, tem sido uma preocupação particular com a feminização do abandono escolar principalmente no ensino básico e secundário, e com a elevada taxa de gravidez precoce, que frequentemente condena, os estudantes adolescentes a abandonar os estabelecimentos de ensino, muitas vezes definitivamente²⁸, constitui fatores decisivos da fraca participação feminina nos órgãos do poder político em Cabo Verde.

É de salientar que o fenómeno da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foram totalmente resolvidos, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada, neste sentido temos que reconhecer os obstáculos de cariz formal para se atingir os objetivos da igualdade entre homens e mulheres foram removidos em vários países e Cabo Verde pertence ao conjunto de países onde essas transformações se realizam.

A ONU em 2005 defendeu o direito a participação de todas as mulheres, sob a égide de equidade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, onde estes são fundamentais para se alcançar a igualdade bem como o desenvolvimento e a paz.

²⁵Parry, G. et. al. (1992). *Political Participation and democracy in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, p.17.

²⁶Barreto, A. (2002). *Tempo e Incerteza*. Lisboa: Antropos, p.302.

²⁷Macano, E. (2002). *A transição Política em Moçambique*. Lisboa: CEA/ISCTE, AV Forças Armadas.

²⁸Monteiro, E. (2009). *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais: Uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições UNICV, p. 75.

Em Cabo Verde o ICIEG (Instituto Nacional para Igualdade e Equidade de Género) tem vindo a criar condições para que exista uma redistribuição igualitária de poder entre mulheres e homens no espaço privado e público. Apesar do Código de Família, explicitar que homens e mulheres têm iguais direitos e responsabilidades na gestão do espaço privado, as rotinas diárias de homens e mulheres continuam a ser diferenciadas e o protótipo de pensamento social continua a corresponder a um paradigma de unidade familiar e de distribuição de tarefas, onde a mulher é a que se ocupa fundamentalmente do bem-estar familiar e doméstico²⁹.

Cabo verde tem-se feito representar nos diferentes eventos internacionais e regionais, assumindo o compromisso de implementação de medidas políticas específicas direccionadas à promoção e igualdade de género³⁰.

Na perspectiva de Viegas e Faria tem-se verificado que a maioria dos países nos últimos anos, introduziram nos sistemas, políticas de discriminação positiva que promovem a participação, paridade entre governos em termos de representação política³¹.

Cabo verde também faz parte dos países que assinou a convenção para a “eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres desde 1980”. O artigo 7ºb da referida convenção que as Estados partes tomarão todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação da mulher na política garantindo o direito de participação na formulação de políticas governamentais e na execução destas.

É certo que se tem notado um aumento gradual em termos de participação feminina nos órgãos do poder político, nomeadamente nas eleições de 2006 e 2011 onde houve um crescimento no parlamento de 5%, passando de 15,3% em 2006 para 20,8% em 2011, como se pode ver no *quadro 1*, no entanto este fenómeno de sub-representação feminina nos órgãos do poder político não está totalmente resolvido.

Quadro 1 - Resultados das eleições legislativas (1975-2011)

²⁹ICIEG (Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Género).

³⁰Há que destacar o programa do governo 2011-2016 “a problemática do género”, assegurando que a questão da paridade e da igualdade de género é um dos quatro elementos nucleares do programa.tudo isto com intuito de erradicar a pobreza e consequentemente o crescimento económico. A transversalidade do enfoque de género no quadro da agenda estratégica do programa do governo 2011-2016 tem por objectivo 1º construir uma economia dinâmica, inovadora e sustentável com prosperidade partilhada para todos, 2º fomentar o crescimento do sector privado e do investimento e a produtividade, promover o desenvolvimento e a coesão social e facilitar o acesso aos serviços básico, 3º capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador do crescimento económico, 4º aprofundar as liberdades e reforçar a boa governação, modernizar e ampliar infraestruturas, afirmar a nação global e desenvolver parcerias para a competitividade.

ICIEG, http://www.icieg.cv/files/Abordagem_Genero_e_Programa_de_Governo.pdf, consultado em 5 de Janeiro 2012.

³¹Viegas e Faria. Obra Citada, pp.1-2.

Data da Eleição	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total
1975	1	55	56
1980	4	59	63
1985	10	73	83
1991	3	76	79
2001	8	64	72
2006	11	61	72
2011	15	57	72

Fonte: CNE (Comissão Nacional das Eleições).

Podemos dizer que Cabo Verde, durante o período colonial, apesar da sua suposta especificidade colonial e tratamento especial por parte da antiga potência colonial (Portugal), as mulheres estavam submetidas à referida dupla colonização (colonial e patriarcal). Eram patriarcais ignorados, não se conhecendo a seu favor leis ou quaisquer instrumentos que tivessem em conta os seus direitos e aspirações³². Através dos dados da tabela, podemos notar que desde 1975, altura em que Cabo Verde tomou a independência, as mulheres continuam sempre sub-representadas no parlamento.

Se formos fazer uma análise comparativa entre o número de deputadas eleitas e o número de mulheres no governo (poder executivo), podemos notar que nenhuma mulher desempenhou cargos no governo durante o período monopartidário³³ como se pode ver no quadro 2. Nesta altura Cabo Verde era governado por um único partido e também a maioria das mulheres tinham pouco acesso a educação, onde as suas ocupações eram quase em exclusivo de domésticas. No entanto a partir da abertura democrática em 1990, época em que enaugurou a entrada da 1ª mulher nos órgãos do poder político em Cabo Verde como se pode ver na tabela nº2.

Quadro 2 - Mulheres no poder executivo

	Mulheres	Homens	Total	%
1986	0	20	20	0
1991	1	15	16	6

³²Monteiro, E. (2009). *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais: Uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições UNICV, p.110.

³³O monopartidarismo compreende o período (1975-1990), governado pelo PAIGC, atual PAICV. Segundo Nzouankeu (citado por Évora 2011: 97), os regimes monopartidários no contexto Africano são legitimados com base no discurso que pregava que o partido único era a única via para se construir um estado moderno. Segundo este discurso, o monopólio do poder por um único partido reduzia as chances de tensões sociais que podiam vir a explodir por causa da diversidade étnica e religiosa que predominava nos países do continente Africano. O partido único uniformizava a diversidade social e garantia a paz. Mas na perspectiva de Évora, Cabo Verde não tinha aquela multiplicidade Étnica e cultural dos demais países Africanos. A sua formação social é marcada por uma grande homogeneidade (Évora 2011:97).

1998	5	18	23	22
2002	4	13	17	24
2004	3	18	21	14
2006	7	15	22	32
2008	8	12	20	40
2011	8	12	20	40

Fonte: Crispina Gomes (2011), *Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL.

É de realçar que houve uma evolução das mulheres no poder executivo depois de Cabo Verde ter tomado a independência³⁴, sendo que as mulheres vão ocupando lugares importantes no governo juntamente com os homens. Em 1991 constituiu-se o primeiro governo integrado por mulheres, depois desta data onde no executivo a participação das mulheres no governo foram aumentando paulatinamente, passando de 6% em 1991, para 24% em 2000 e actualmente de 40%.

Se formos fazer uma analogia entre o quadro 1 e 2 notamos que tanto no Parlamento como no poder executivo houve um aumento acentuado a partir dos anos 90 e que depois foi-se aumentando paulatinamente. É de salientar que a proporção das mulheres no poder executivo aumentou de 0% no executivo em 1986 para 40% em 2008, o número de mulheres no parlamento evoluiu de 1% em 1975 para 20,8% em 2011. Mesmo assim podemos dizer que a problemática da desigualdade de género no acesso ao poder político em Cabo Verde está longe de ser resolvido, onde mais adiante teremos a oportunidade de confrontar esses dados com outras variáveis nomeadamente o impacto do desenvolvimento socio-cultural, económico e a sua repercussão a nível da participação política e mais concreto no parlamento.

Como foi referida anteriormente, esta temática de sub-representação das mulheres tem sido muito presente no debate público principalmente nos países ditos democráticos, não obstante as medidas legais impostas pelos partidos no tocante a presença mínima das mulheres, a fraca presença das mulheres nos órgãos do poder político é uma realidade não apenas nos países menos desenvolvidos como é caso de Cabo Verde, mas também abrange países desenvolvidos economicamente, socialmente e cultural. Vejam só o caso de Portugal, onde esta temática tem vindo a ser comentado e debatido por vários autores nomeadamente

³⁴A independência de Cabo Verde ficou indefinida até finais de 1974. Os representantes do governo Português, e do PAIGC encontraram-se por diversas vezes para acertarem o acordo de independência. Um acordo viria a ser assinado em Lisboa a 19 de Dezembro do referido ano. Nele, Portugal Compromete-se a conceder a independência total àquele arquipélago num prazo de seis meses. Pela promulgação do decreto nº 754/74, foi nomeado um governo de transição, metade constituído por ministros nomeados por Lisboa e a outra indicada pelo PAIGC. Esse governo de transição ficou encarregado de criar as condições necessárias e a legislação para que se realizasse o recenseamento eleitoral nas lhas com o objetivo de eleger uma assembleia constituinte que num prazo de noventa dias, deveria aprovar uma constituição e declarar a independência do Estado de Cabo Verde a 5 de julho de 1975. (Évora, 2004:56-64).

(Villaverde, 1997; Canas 1998; Viegas & Faria, 1999 e 2001; Martins e Pequito Teixeira, 2005; Baum e Espírito-Santo, 2009), demonstra que este fenómeno não restringe apenas aos países menos desenvolvidos e recentemente democráticos como é o caso de Cabo Verde, até porque os aspetos económicos são manifestamente insuficientes para a compreensão da maior ou menor participação política feminina, excepto quando medeiam certas mudanças sociais e culturais, essas sim, determinantes tais como França, Suécia, Itália e Finlândia³⁵. Em Cabo Verde houve progressos a nível da participação das mulheres tanto no parlamento como também no governo, embora reconhecemos que ainda persiste muita desigualdade.

A questão das quotas

Para a correção da persistente desequilíbrio entre homens e mulheres, a nível da representação política, são vários países que tem vindo a adoptar algumas políticas de paridade³⁶.

Martins e Pequito Teixeira eles advogam que existem vários argumentos normativos e empíricos que apoiam a introdução de medidas formais ou legais destinadas a promover uma representação equilibrada ou paritária das mulheres e dos homens no exercício dos cargos políticos e, mais especificamente, no acesso ao mandato de deputado parlamentares³⁷.

Para Krook³⁸, os estudos acerca da opção de medidas de paridade entre os sexos tem seguido essencialmente quatro linhas principais: em 1º lugar, varios estudos concluíram que, regra geral, os grupos de mulheres estão na linha da frente de qualquer tipo de pressão no sentido de adopção de medidas de paridade onde esses grupos podem incluir as secções feministas no interior dos partidos políticos, movimentos feministas extrapartidários no seio da sociedade civil, os grupos internacionais de mulheres e até mesmo mulheres que estejam próximas de homens poderosos.

Em geral as mulheres são de opinião de que as quotas revestem-se de enorme importância enquanto estratégia “acelerada” para aumentar a representação das mulheres na política.³⁹ Em Cabo Verde este assunto tem ganhado muita importância nas últimas décadas, em que podemos destacar a OMCV desde 1975, depois o ICF que actualmente é designado

³⁵Viegas, J. e Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora, p.12.

³⁶Ver Baum e Espírito-Santo (2009). As causas para a adopção da lei da paridade em Portugal, (375-411). In A. Freire e J. Viegas (Orgs.). *Representação Política: O caso Português em perspectiva comparada*. Lisboa: Sextante Editora, p. 375.

³⁷Martins, M. e Pequito, T. (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, p.81.

³⁸Citado por Baum e Espírito Santo (2009), Ídem p.375.

³⁹Ídem p.377.

de ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para igualdade e Equidade de Género)⁴⁰ que remonta os anos 90, entre vários debates que tem havido nos meios de comunicação social, principalmente depois da abertura democrática em 1990, ainda persiste a não introdução da lei das quotas, factor este que continua a condicionar a representação das mulheres em todos os órgãos do poder político (ver o quadro 1&2).

Na linha do pensamento do Politólogo Suzano Costa, em Cabo Verde esta questão tem sido marcada por uma “tonalidade jocosa, arrogante, paternalista e falocêntrica”⁴¹.

Através dos dados da INE (Instituto Nacional de Estatística) podemos notar que existem mais mulheres em Cabo Verde em detrimento dos homens, ou seja, cerca de 52% de mulheres, o que levou o Cientista Político Roselma Évora a advogar que Cabo Verde é um país de mulheres governado pelos homens⁴².

Em Cabo Verde não obstante os avanços a nível do desenvolvimento económico, social e cultural, ainda persiste a tal questão de *discriminação negativa*, ou seja ainda prevalece contradições entre o desenvolvimento e a representação política feminina.

As mulheres têm sido mais afetadas devido as posições que vem ocupando nas listas eleitorais que geralmente não são elegíveis. Neste sentido Viegas e Faria atribuí grande importância aos partidos políticos no incentivo à participação feminina nos órgãos do poder político⁴³. Ou seja, os partidos são numa primeira fase, um dos fatores condicionadores ou dinamizadores desse processo e, numa segunda fase objeto do impacto das transformações havidas. As mulheres são discriminado de forma direta ou imputado nos processos de recrutamento político sendo preteridos em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela selecção dos candidatos e pela ordenação das listas⁴⁴.

Segundo Costa, “os obstáculos à participação política e as distorções no campo da representação política em Cabo Verde pretende-se, por um lado, com a inexistência de soluções institucionais de incentivo à ocupação do campo político pelas mulheres, mas,

⁴⁰A criação do Instituto da Condição Feminina (ICF), atualmente é designada de Instituto Cabo-verdiano para igualdade e equidade de Género (ICIEG), remonta os anos 90, época em que se fazia sentir no país (Governo) a necessidade de um mecanismo institucional que se trata de políticas publicas relativas a problemática da mulher, já que enssa altura, a Organização das mulheres de Cabo Verde (OMCV) que desempenhava esse papel desde a independência, em 1975, passou a ser uma organização não governamental (ONGs). Para mais informações ver <http://www.icieg.cv/article/3>

⁴¹Costa, S. (2011). Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático. In C. Fonseca & C. Fortes (Orgs.). *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Praia: Edições da UNICV.

⁴²Évora, R. (2011). *Um país de mulheres governado por homens: democracia e processo decisório em Cabo Verde*. Comunicação apresentada durante Conferência sobre as Mulheres em Cabo Verde. Praia: Universidade de Cabo Verde.

⁴³Viegas, J. e Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora, p.39

⁴⁴Martins Teixeira, citado por Monteiro, E. (2008). Mulheres, democracia e representação política. In T. Cunha e C. Santos (Orgs.). *Das raízes da Participação política, Rainha e Neves*. Lisboa: Lda-Santa Maria da Feira, p.116.

sobretudo, com o peso das distorções culturais que condiciona, por seu turno, a aceitação/aplicação de arranjos nas regras institucionais (nos sistemas eleitorais, e partidários etc)»⁴⁵.

A pesar dos progressos registados à nível da educação, da emancipação socioprofissional e participação das mulheres na esfera política. Já anteriormente referimos o papel dos partidos, que segundo Viegas e Faria⁴⁶, são fundamentais no campo político e muito particularmente no que se refere à elaboração das listas de candidatura aos órgãos de poder, e já como disse o cientista político Roselma Évora as mulheres Cabo-Verdianas estão menos representadas por causa da composição das listas eleitorais⁴⁷.

Em Cabo Verde a sub-representação política das mulheres em todas as esferas políticas persiste nos dois maiores partidos políticos (PAICV e MPD).

Neste sentido para que possa haver igualdade formal entre homens e mulheres, podemos considerar as seguintes:

- Estabelecimento, através de legislação nacional, de quotas mínimas por sexo nas listas de candidatura;
- Criação de quotas através de regulamentos ou normas dos partidos políticos: aprovação da legislação condicionando a composição por sexos dos órgãos ou concelhos consultivos de nomeação política⁴⁸.

Segundo Graça Sanches “se a mulher tem tão baixa representatividade no parlamento é porque há alguma limitação e assim sendo, “estamos a falar de uma inconstitucionalidade”. Se a Lei Mãe prevê que há essa oportunidade, esta tem que existir na prática”⁴⁹.

Sanches ainda diz que se as mulheres surgem em número razoável nas listas dos partidos, mas geralmente não estão colocadas em lugares elegíveis. O que urge mudar, não é a participação feminina de forma quantitativa, “que já começa a existir”, mas “qualitativa”⁵⁰.

Neste sentido achamos que em Cabo Verde deveriam implementar medidas coercivas e adoptar a lei das quotas, de modo que as mulheres comecem a integrar as listas e em lugares legíveis, conseqüentemente haverá maior justiça social e um maior acesso ao poder político.

⁴⁵Costa, S. (2011). Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático. In C. Fonseca & C. Fortes (Orgs.). *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Praia: Edições da UNICV.

⁴⁶Viegas, J. e Faria, S. (1999). Participação Política Feminina e Democracia: Percursos, Constrangimentos e Incentivos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 30, 55-87.

⁴⁷Évora, R. Obra citada p.9.

⁴⁸Viegas e Faria. Obra citada p.9.

⁴⁹Sanches, G. RMP quer mais mulheres nos lugares de decisão. *Expresso das ilhas*. Acesso em 15 de março 2013, de: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/35417-rmp-quer-mais-mulheres-nos-lugares-de-decis%C3%A3o>

⁵⁰Graça Sanches (2013), upcit.

Referências

- Amélia, M. (1999). *As mulheres deputadas e o exercício do poder representativo em Portugal, do pós 25 de abril de 74 aos anos noventa*. Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Barreto, A. (2002). *Tempo e incerteza*. Lisboa: Antropos.
- Baum, M. e Espírito-Santo, A. (2009). As causas para a adoção da lei da paridade em Portugal (375-411). In Adré Freire & José Viegas (Orgs.). *Representação política: o caso português em perspectiva comparada*. Lisboa: Sextante Editora.
- Barbalet, J. M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Canas, V. et. al. (1999). A questão da igualdade de participação política, democracia com mais cidadania. Lisboa: Casa da Moeda.
- Costa, S. (2011). Mulheres e participação política no cabo verde democrático. In Carmelina Fonseca & Celeste Fortes (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*. Praia: Edições da UNICV.
- Évora, R. (2011). *Um país de mulheres governado por homens: democracia e processo decisório em Cabo Verde*. Comunicação apresentada durante Conferência sobre as Mulheres em Cabo Verde. Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Dahl, R. (1971). *Poliarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Martins, M. (2004). *Participação política e democracia, o caso português (1976-2000)*. Lisboa: ISCSP.
- Martins, M. (2008). *Representação política, eleições e sistemas eleitorais: uma introdução*. Lisboa: ISCSP; Manuais Pedagógicos.
- Martins, M. & Pequito, T. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Monteiro, E. (2008). Mulheres, democracia e representação política. In Teresa Cunha & Celina Santos (Orgs.). *Das raízes da participação política*, Granja do Ulmeiro: AJP Acção para a Justiça e a Paz.
- Monteiro, E. (2009). *Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições UNICV.
- Norris, P. (2004). *Electoral engineering. Voting rules and political behavior*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Verba, L. (2001). *Participation and political Equality: A Seven-Nation comparison*, Chicago: University of Chicago Press.
- Gomes, C. (2011). *Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde*. Praia: IBNL.

- Macano, E. (2002). *A transição Política em Moçambique*. Lisboa: CEA/ISCTE, AV Forças Armadas.
- Matland, R. (1998). *Women's representation in national legislatures: developed and developing countries*. In *Legislative studies quarterly*. p. 109-125.
- Parry, Geraint et al (1992), *Political participation and democracy in Britain*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Putnam, R. (1993). *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Touchston
- Évora, R. (2005). *Cabo Verde. A abertura política e a transição para a democracia*, Praia: Spleen Edições.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Cabral, M. V. (1997). *Cidadania política e equidade social em portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Viegas, J. & Faria, S. (2001). *As mulheres na política*. Oeiras: Celta Editora.
- Viegas, J. & Faria, S. (1999). Participação política feminina e democracia: percursos, constrangimentos e incentivos. *Sociologia: problemas e práticas*, 30, 55-87.
- Reynolds, A.; Reilly, B.; Ellis, A. (2005). *Concepção de sistemas eleitorais: uma visão geral do novo guia do International IDEA*. IDEA.
- Sanches, G. RMP quer mais mulheres nos lugares de decisão. *Expresso das ilhas*. Acesso em 15 de março 2013, de: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/35417-rmp-quer-mais-mulheres-nos-lugares-de-decis%C3%A3o>
- Perret, B. & Roustang, G. (1993). *A economia contra a sociedade: afrontar a crise de integração social e cultural*. Lisboa: Instituto Piaget.